

INCLUSÃO DE ADOLESCENTES DEFICIENTES VISUAIS EM ATIVIDADES DE ORIENTAÇÃO SEXUAL: UMA PROPOSTA INOVADORA ¹

Luciano de Pontes Paixão²

1. Introdução

A inclusão do tema transversal designado orientação sexual, através dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs, 1998), no currículo das escolas do Ensino Fundamental, foi um marco importante na educação brasileira. Esta inclusão justifica-se pelas novas demandas da vida social contemporânea, ou seja, pelo crescimento de casos de gravidez indesejada na adolescência e de pessoas contaminadas com doenças sexualmente transmissíveis, além do alto índice de abortos, prostituição infantil, abuso sexual e discriminações sofridas por mulheres e grupos minoritários. Os PCNs visam com o tema orientação sexual desenvolver a compreensão da sexualidade como algo essencial à vida e à saúde do ser humano, um direito ao prazer e a prática da sexualidade com responsabilidade. Para que isso se torne realidade, pretende-se trabalhar a importância da prevenção das doenças, o respeito a si mesmo e ao outro e à diversidade de crenças, valores e expressões culturais existentes numa sociedade democrática.

É sabido que as diferenças não são bem aceitas e respeitadas no meio social. Geralmente, as pessoas que não se enquadram nos padrões ditos “normais” estabelecidos pela sociedade são categorizadas e excluídas. O tipo ideal corresponde, no mínimo, a um ser: jovem, do gênero masculino, branco, heterossexual, fisicamente e mentalmente perfeito, belo, produtivo e com todos os sentidos funcionando normalmente. A aproximação ou semelhança com essa idealização em sua totalidade ou particularidade é perseguida e, muitas vezes, inconscientemente, por todos nós, uma vez que o distanciamento dela evidencia a diferença expressiva, o desvio, a anormalidade. O fato é que muitos de nós embora não correspondendo a esse modelo ideologicamente formado, o utilizamos diariamente para a categorização ou validação do outro (AMARAL, 1998). Ao classificar as pessoas, toda sociedade cria divisões e atribui rótulos que pretendem fixar as identidades. Ela distingue e discrimina de formas sutis e violentas (LOURO, 2000). Neste contexto, os idosos, negros, índios, homossexuais e

¹ Este artigo foi apresentado como trabalho de conclusão da disciplina *Orientação Sexual: a sexualidade como assunto da escola*, ministrada pelo professor Dr. Sérgio Luiz Baptista da Silva.

² Pós-graduando no curso de Especialização Saberes e Práticas na Educação Básica (CESPEB) – Ênfase no Ensino de História - da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

pessoas com deficiência sofrem preconceitos por não corresponderem aos valores morais, crenças, tradições e modelos estéticos exigidos como essenciais pela sociedade (BRUNS, 2008).

Frente a essas considerações, fica fácil perceber que os deficientes visuais (DV) também sofrem discriminações. No senso comum, eles são interpretados pela sociedade, e até pela própria família, como incapazes, inábeis, inválidos, dependentes, inseguros e assexuados (BRUNS, 2000a). Sobre esta última interpretação, convém lembrar que, os DV sentem a necessidade de relacionamentos afetivo-sexuais como qualquer outra pessoa sem deficiência. Vale ratificar que, eles entram em contato com o mundo através do tato, da audição, do paladar e do olfato. Não é por serem deficientes visuais que o desejo e o prazer sexual não estejam presentes neles. Sendo assim, adolescentes deficientes visuais necessitam de uma orientação sexual que responda as suas necessidades emocionais, físicas e psíquicas. (BRUNS, 2008).

Sob tal enfoque, o objetivo deste artigo foi relatar e analisar o trabalho de orientação sexual desenvolvido em uma escola que atende adolescentes deficientes visuais. A escola escolhida foi a do Instituto Benjamin Constant (IBC), Centro de Referência na Área da Deficiência da Visão, localizada no bairro da Urca, Rio de Janeiro.

Para realização deste estudo, foi entrevistada uma professora dessa Instituição de ensino, sendo as seguintes questões investigadas: Como é a abordagem do tema com os deficientes visuais? Em um mundo que valoriza extraordinariamente o aspecto visual, já que vivemos sob o império da imagem, quais os recursos didáticos utilizados? A escola atua de acordo com as recomendações dos PCNs? Além dessas investigações, tornou-se relevante discutir as orientações desse documento e de autores sobre o trabalho de orientação sexual, identificar o papel da escola e do professor na abordagem dessa temática e o perfil desse alunado.

2. Fundamentação teórica

2.1. O adolescente deficiente visual

A Organização Mundial de Saúde (OMS) reconhece como adolescência o período que se estende dos dez aos dezenove anos. No Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 considera que a adolescência vai dos doze aos dezoito anos. Em nossa sociedade, a

adolescência é interpretada como o período de transição, durante o qual o jovem se prepara com responsabilidade para a vida adulta (BALEEIRO, 1999).

É uma etapa do desenvolvimento humano caracterizado por mudanças anatômicas, fisiológicas, sociais, psicológicas e por sentimentos de indefinição, questionamentos, conflitos, insegurança na busca de identidade e liberdade. Esses sentimentos, muitas vezes, induzem os jovens a assumirem comportamentos para os quais não estão preparados, tais como: experimentar drogas e iniciar relacionamento sexual precocemente etc. Na ansiedade de viver a juventude rapidamente e intensamente, acaba não havendo espaço para reflexão e um verdadeiro processo maturacional. Isso faz com que na prática da sexualidade, eles fiquem mais vulneráveis a AIDS e a outras doenças sexualmente transmissíveis, a gestação precoce, o aborto e a violência sexual o que pode comprometer os seus projetos de vida (FONSECA et al, 2010).

Por estas razões, torna-se emergencial discutir sexualidade com os jovens. Assinale-se, ainda, que o direito à educação inclui o direito à orientação sexual que tanto é um direito humano em si mesmo, como também é um meio imprescindível para aproveitar de outros direitos, como por exemplo, à saúde, à informação e os direitos da área sexual e reprodutiva (CAETANO, 2010). Vale lembrar que no XV Congresso Mundial de Sexologia ocorrido em Hong Kong (CHINA), em 1999, a Assembléia Geral da WAS - World Association for Sexology aprovou as emendas para a Declaração de Direitos Sexuais, onde ficou legitimado o direito ao prazer, a saúde sexual e a informação baseada no conhecimento científico.

Portanto, os adolescentes têm o direito de receber informações sobre sua sexualidade, de tirar dúvidas acerca de seu corpo e de ter a certeza de que as mudanças são perfeitamente normais. No caso dos deficientes visuais, eles experimentam essa fase como os videntes, com a diferença que neles não há a visão do corpo transformado, apenas a sensação (SANTOS, 1999 *apud* FILGUEIRAS, 2010). Cabe esclarecer que esta deficiência é dividida em duas categorias: cego total e o com baixa visão, sendo definido como cego total a pessoa que não possui a percepção da luz e o com baixa visão aquele com graus menores de perda de visão (MASINI et al, 2006).

Ao abordar a sexualidade do deficiente visual é preciso ter em mente que a cultura sexual de massa é quase que restrita a estímulos visuais, ou seja, nos livros, nas revistas, filmes, novelas, o nu e o erótico são apresentados visualmente. Devido a falta de materiais informativos relacionados à educação sexual adaptados para o DV, o conhecimento do corpo

do outro para eles é, muitas vezes, um mistério que só será desvendado com a experiência sexual (LEBEDEFF, 1994).

Além disso, a paquera a distância fica comprometida para o adolescente DV. Assim, percebemos que a aproximação e o diálogo direto substituem o olhar, os gestos de simpatia e admiração, pois não há comunicação visual, provocadora de tanta fantasia. Desta forma, ele precisa confiar em detalhes que são mais perceptíveis, como toques e palavras e, muitas vezes, o seu desajeitamento pode inibir sua atratividade em relação ao outro. Deve-se esclarecer que fazem parte desde a infância do deficiente visual as situações embaraçosas e arriscadas. Nesta primeira etapa da vida, a percepção de que o mundo é perigoso está nele, internalizada, seja diretamente ou por superproteção da família. Por este motivo, ele pode experimentar insegurança e temor diante de certos relacionamentos, em razão da forma como costuma acontecer sua socialização, e ele tende, então, a generalizar e a atribuir esses e outros problemas à cegueira. É no período da adolescência que aparece o inconformismo contra a própria deficiência (EVANS e LEE, 1992 *apud* BRUNS, 2008).

Registra-se, ainda, que vivemos em uma sociedade que cultua o corpo perfeito, onde diferenças parecem intoleráveis, como por exemplo: acne, obesidade e desenvolvimento atrasado das características físicas em relação aos outros adolescentes. Estas diferenças podem fazer com que o adolescente se sinta desvalorizado, levando-o à inibição e até a depressão. No caso dos DV, este sentimento de inferioridade pode adquirir proporções incalculáveis (BRUNS, 2008). Além deste fator, eles enfrentam o estigma de serem deficientes visuais e, portanto, diferentes dos outros adolescentes ditos “normais” (GLAT, 2004).

Para Glat (op. cit.), a maioria dos jovens com deficiência é mais vulnerável a riscos relacionados às doenças sexualmente transmissíveis, como a gravidez precoce e ao abuso sexual devido a falta de orientação adequada sobre sua sexualidade. Para esta autora, eles são mais suscetíveis a problemas emocionais, o que pode levar ao aumento da vulnerabilidade devido a carência afetiva e experiência social precária.

Percebendo essa vulnerabilidade, os pais sentem medo que seus filhos sejam explorados por outras pessoas e, também se preocupam com a sexualidade deles, com a possibilidade de uma gestação ou paternidade precoce, doenças ou uso de drogas. Apesar da preocupação, entregam a responsabilidade dessa orientação para os meios de comunicação e a escola. Posto isto, crianças e adolescentes DV não têm uma orientação sexual em casa que

lhes possibilite experimentar a própria sexualidade tranquilamente e ter conhecimento sobre seu próprio corpo. Para piorar a situação, muitas vezes, a orientação sexual recebida dos pais os coloca como indivíduos assexuados. Desta forma, se é complexo para os jovens sem deficiência vivenciar sua sexualidade, acredita-se que, para os deficientes visuais, a descoberta da sexualidade seja mais complicada, intercalada por questionamentos e respostas insuficientes (BRUNS, 2008).

Conforme assinalou Madaras (2011), muitos pais deixam seus filhos à deriva nessa fase tão importante da vida devido a dois fatores: a ignorância e o embaraço. A maioria dos pais não recebeu informação do próprio pai e da mãe. Apesar de ter vivenciado a fase da adolescência, eles não possuem um conjunto de conhecimentos para orientar seus filhos. Por outro lado, sexualidade é um tema difícil de abordar, quando não impossível, para muitos deles.

De fato, vivemos em uma sociedade que não tem o hábito de interpretar o sexo como algo natural, que faz parte de nossa espécie e de cada pessoa desde que nasce. Isto acontece porque a sociedade, ainda nos dias atuais, mantém a tradição de tentar reprimir pensamentos e conversas sobre tudo que se relacione à sexualidade, fenômeno este mantido firmemente por nossos pais, igrejas e escolas (PICAZIO, 1998).

2.2. A escola, o professor e as recomendações sobre o trabalho de orientação sexual

Infelizmente, muitos professores acreditam, equivocadamente, que o simples fato de não falar sobre assuntos relacionados à orientação sexual, deixará a sexualidade fora da escola (LOURO, 2010). Entretanto, neste ambiente a sexualidade se apresenta diariamente e de diferentes formas:

nos pressupostos acerca da conformação das famílias, dos papéis e do comportamento de homens e mulheres; nos textos dos manuais e nas práticas pedagógicas; em inscrições e pichações nos banheiros e nas carteiras; em olhares insinuantes que buscam decotes, pernas, braguilhas, traseiros; em bilhetes apaixonados e recadinhos maliciosos; em brincadeiras, piadas e apelidos que estigmatizam os rapazes mais “delicados” e as garotas mais “atiradas” etc (CARRARA, 2009, p. 100).

Como se nota, não adianta negar a abordagem do tema orientação sexual nas escolas. Esta temática faz-se necessária frente às necessidades da sociedade contemporânea. Para Suplicy (1994) *apud* Bruns (2000b), ela é definida como:

Um processo de intervenção sistemática na área de sexualidade, realizado principalmente nas escolas e envolve o desenvolvimento sexual compreendido como: saúde reprodutiva, relações interpessoais, afetividade, imagem corporal, autoestima e relações de gênero. (p. 26)

Com relação às questões de gênero, torna-se necessário compreender as variações sociais na distinção masculino/feminino, ou seja, precisamos entender as diferenças ligadas ao gênero, mas também as formas culturalmente diversificadas de entender o corpo (NICHOLSON, 2000).

Vianna e Ridenti (1988) apontam que a escola reproduz imagens negativas e preconceituosas. O ideal é que ela busque a inclusão e uma educação de acordo com a diversidade. Para Baleeiro (1999), a atual sociedade necessita que a escola se aproxime das necessidades reais dos seus cidadãos e que se converta numa instituição capaz de colaborar no desenvolvimento pessoal e social de seus estudantes e, conseqüentemente, na modificação da própria sociedade.

Neste sentido, o tema orientação sexual deve-se caracterizar pela continuidade e por um processo permanente, pois as informações recebidas pelos jovens através das mídias é frequente e, da mesma forma, as situações de exclusão e violência são constantes (LOURO, 1999 *apud* LOURO, 2010).

Os PCNs (1998) recomendam que este ensino seja contemplado por todas as disciplinas, favorecendo assim, a interdisciplinaridade e a transversalidade. Portanto, a orientação sexual não deve mais ficar limitada à área de ciências, no capítulo sobre corpo humano e reprodução. Essa abordagem, apesar de importante, não é suficiente para trabalhar orientação sexual. Ela não engloba as ansiedades, curiosidades e interesses dos adolescentes, pois centraliza apenas o corpo biológico e não inclui a dimensão da sexualidade.

Ainda de acordo com documento do MEC, o tema orientação sexual poderá ser oferecido dentro da programação, por meio dos conteúdos já transversalizados nas áreas do currículo e, através da extraprogramação, sempre que surgirem questões relacionadas a essa temática. Cumpre-nos assinalar que a escola deve realizar a comunicação aos familiares antes do início do trabalho, de forma direta em reuniões, nas quais eles possam fazer perguntas, esclarecer suas dúvidas e se posicionar, favorecendo assim, a realização do trabalho. Na situação de haver resistências por motivo de crenças religiosas, a escola deve esclarecer os objetivos e a dinâmica do trabalho. Persistindo a opinião contrária, o aluno deve ser dispensado e a opinião dos pais respeitada.

O profissional que se responsabiliza por esse ensino pode ser um professor de qualquer disciplina. O importante é que seja alguém que tenha bom relacionamento com os estudantes e, portanto, um interlocutor confiável e significativo para acolher as expectativas, opiniões e dúvidas, além de ser capaz de conduzir debates sem impor suas opiniões. Posta assim a questão, é de se dizer que, na relação professor-aluno, o educador representa lugar de maior poder, constituindo-se em referência muito importante para o estudante. No seu ambiente de trabalho, o professor transmite, inconscientemente, valores com relação à sexualidade. Assim, a emissão de opinião pessoal pode favorecer o surgimento de questionamentos e incertezas, o que pode prejudicar a construção da opinião do próprio aluno. Em suma, o docente conduz e orienta o debate, mas não deverá emitir opinião pessoal. Em relação às questões de gênero, por exemplo, os educadores podem contribuir para a equidade entre os gêneros e a dignidade de cada indivíduo. Ao orientar os debates, eles devem respeitar a opinião de cada estudante e, ao mesmo tempo, garantir o respeito e a participação de todos, explicando os preconceitos e trabalhando pelo fim das discriminações (PCNs, 1998).

Segundo Baleeiro (1999), é difícil descrever o perfil do educador ideal para abordar o tema orientação sexual. No entanto, algumas características ou atitudes são básicas para os que desenvolvem esse tipo de trabalho:

Considerar a sexualidade uma dimensão inerente e significativa do ser humano, a qual merece ser objeto de conhecimento e compreensão. Reconhecer a sexualidade como forma legítima de prazer, de comunicação interpessoal e de procriação. Perceber a expressão da sexualidade como direito de todo ser humano e como fator de crescimento da pessoa e da sociedade. Respeitar os diferentes valores das pessoas e dos grupos sociais. Estar aberto para o diferente, disponível para o diálogo, não se considerando dono da verdade. (p.59)

Para o mesmo autor, é indispensável que os docentes:

Permitam e estimulem a manifestação de atitudes, valores, preconceitos, experiências e conhecimentos do grupo. Estejam conscientes de que o tema sexualidade faz emergir medos, culpas, vergonhas e resistências, que precisam ser trabalhadas com delicadeza e respeito pelos limites e ritmos individuais. Estimulem a reflexão, a investigação e o debate, de forma a promover a discussão ampla dos temas e a formação do senso crítico. Mantenham sua ação dentro dos limites do pedagógico, não invadindo a privacidade do aluno, assegurando o sigilo em torno de questões pessoais que venham a emergir no grupo, desenvolvendo atitudes de confiança, solidariedade, compreensão e respeito mútuo. (p.35)

Sobre este assunto, cabe ressaltar, que o trabalho proposto pelos PCNs não visa um caráter de aconselhamento individual ou psicoterapêutico. Por isso, os diversos assuntos que

podem ser discutidos na área da sexualidade devem ser abordados dentro da ação pedagógica, sem expor a intimidade e a opinião do estudante no grupo, junto a seus familiares, direção da escola ou a outros estudantes. No entanto, os alunos que demonstram a necessidade de uma atenção individual devem ser atendidos separadamente da turma pelo docente ou orientador da escola. O ideal é que o professor solicite a contribuição de todos para que as discussões abordadas no grupo fiquem sempre restritas ao ambiente designado para este trabalho, evitando assim, as distorções e constrangimentos dos alunos presentes nas discussões. Além do sigilo, outras cláusulas podem ser incluídas neste contrato, como o respeito a todas as perguntas e aos argumentos divergentes dos colegas.

Oportuno se torna dizer que, o papel do professor é diferente do papel dos responsáveis e de outros profissionais que trabalham com sexualidade, como por exemplo, dos sexólogos e terapeutas (BALEIRO, 1999). É fundamental que o professor estabeleça uma relação de confiança com os estudantes. Além disso, ele precisa se mostrar disponível para dialogar sobre os temas levantados pelo grupo e discutir de maneira direta e esclarecedora as dúvidas dos alunos, com exceção das perguntas que se refira à intimidade do educador. O conhecimento científico é importante para o bem-estar e aumento da autoestima dos jovens e, conseqüentemente, uma melhor qualidade de vida (PCNs, 1998).

Não se pode perder de vista que o relacionamento com os jovens proporciona uma contínua reflexão. Trabalhar com adolescentes exige do educador uma abertura para as novas situações, para surpresas, sofrimentos, questionamentos e dúvidas, mas que também traz alegrias.

3. Metodologia

A pesquisa realizada caracterizou-se como uma investigação qualitativa. Neste tipo de pesquisa é possível obter e analisar dados descritivos mediante contato direto e interativo do pesquisador com o objeto de estudo. Segundo Neves (1996), a pesquisa qualitativa tem por objetivo traduzir e expressar o sentido dos fenômenos do mundo social, ou seja, o pesquisador procurará entender os fenômenos, segundo as perspectivas dos participantes da situação estudada e, a partir daí, situará sua interpretação do problema em análise. Sendo assim, umas das características desta pesquisa são: o caráter descritivo e o significado que as pessoas dão às coisas e à sua vida como preocupação do investigador.

A técnica utilizada na investigação foi a entrevista individual não-estruturada. Através dela, o pesquisador aborda o tema livremente, sem perguntas formuladas e procura conseguir informações apresentadas nos diálogos dos atores sociais, como também, os valores e opiniões dos entrevistados. Ela não representa uma conversa a dois despreziosa e neutra, uma vez que se insere como forma de coleta de dados narrados pelos atores, enquanto sujeito objeto da pesquisa que vivenciam uma determinada realidade que está sendo analisada. Ela se caracteriza por uma comunicação verbal que aumenta a relevância da linguagem e da coleta de informações sobre um determinado tema científico (NETO, 1994).

Nesta pesquisa foram utilizadas outras estratégias como o sistema de gravação de voz e imagens e o de anotação simultânea da comunicação, que buscou registrar percepções e dados que são difíceis de conseguir através do uso de outras técnicas. Esta última técnica visa à criação de detalhes que no seu somatório vai congrega os diferentes momentos da pesquisa (NETO, 1994).

Entretanto, uma investigação acadêmica não se reduz as estratégias, técnicas e as informações obtidas no campo de pesquisa para dar conta dos objetos. Assim, torna-se necessário um levantamento da produção bibliográfica existente sobre o objeto de estudo. Essa forma de investigação nos permite articular a fundamentação teórica referente ao objeto pesquisado e o campo explorado. Esta mediação pode diminuir uma possível divergência entre as bases teóricas e os dados obtidos na prática. A pesquisa bibliográfica é de fundamental importância para qualquer investigação, pois permite articular conceitos e sistematizar a produção de um determinado tema científico. Ela tem por objetivo criar um novo conhecimento, num processo de inserção e recuperação daquilo que se já se encontra produzido (NETO, 1994).

Desta forma, a pesquisa foi iniciada a partir da escolha do local a ser investigado, ou seja, o Instituto Benjamin Constant. Instituição essa que atende alunos cegos e com baixa visão. Em seguida, realizou-se um contato com a professora da escola visando apresentar a proposta e objetivo da pesquisa. Após o seu aceite, os dias e horários foram agendados de acordo com sua disponibilidade para a coleta de informações. Foram realizadas quatro entrevistas que tiveram duração de aproximadamente 60 minutos. Estes encontros foram gravados em aparelho digital (MP4) e os recursos didáticos fotografados. A transcrição da entrevista foi realizada pelo pesquisador respeitando com fidedignidade o vocabulário utilizado pela entrevistada.

4. Resultados

4.1. Entrevista

Com a entrevista individual e não-estruturada foi possível obter uma grande quantidade de informações. Para a professora, o trabalho de orientação sexual não é aula e sim um encontro e os alunos já consideram assim. Apesar de ser da área de Biologia e de discutir assuntos biológicos, como por exemplo, o corpo humano, ela acredita que o tema não pode ficar limitado a essa área e que todos os professores deveriam contribuir em prol de um ensino de qualidade.

O programa de orientação sexual na escola é realizado o ano todo. Antes de dar início ao trabalho, a escola entra em contato com os responsáveis com o intuito de solicitar autorização para que os alunos participem dos encontros. Na primeira aula, no início do ano, a professora faz dois acordos com os alunos. O primeiro é que eles podem perguntar o que quiserem. Os estudantes, normalmente, perguntam da forma deles, com termos vulgares, o que provoca vergonha. A educadora diz que ensina a forma correta de falar e tira as dúvidas. Neste processo, eles têm que respeitar a pergunta e a opinião dos colegas. Assim, os estudantes aprendem a se colocar e a defender os seus argumentos. Sobre o assunto a professora acrescenta:

O professor não deve falar o que certo ou errado, mas sim orientar e mostrar as consequências positivas ou negativas de cada atitude a que eles venham tomar. É fundamental que ele seja imparcial. Eu posso ser totalmente contra aquele pensamento do aluno, mas não posso demonstrar isso. É fundamental que o educador seja neutro, porque aluno segue muito professor e ele pode, inconscientemente, manipular crianças e adolescentes. Isto é muito perigoso.

O segundo acordo é a discrição. Os assuntos discutidos no ambiente que aborda os temas de orientação sexual podem ser falados nos corredores e fora da escola, sem citar nomes. Desta forma, eles têm liberdade de perguntar o que quiserem e de participar. Isto contribui para que os alunos assumam suas opiniões e, evita também os comentários maliciosos levados adiante. Este acordo é rigorosamente executado por todos. Para a professora “a confiança é a base de tudo”.

Outra situação investigada diz respeito à insistência do aluno com perguntas sobre um determinado tema, como por exemplo, drogas. Esta insistência pode ser, na verdade, um pedido de ajuda. Se for percebida uma situação de risco, é imediatamente chamada a

coordenadora pedagógica, para posteriormente acionar a família. Esta situação é informada no início do trabalho.

Foi feito um levantamento com os estudantes que visou investigar se eles gostariam da família participar dos encontros. O resultado foi negativo. Quando questionados, os alunos responderam que ao contrário da professora que explica e tira dúvidas, os pais determinam o que é certo e errado, ou seja, suas vidas seriam manipuladas. Embora exista esta opinião, a professora acredita que:

Os pais tinham que participar mais. Os poucos que aparecem nas reuniões de orientação sexual recebem informações sobre o andamento do trabalho. Quando eles perguntam quais as perguntas de seus filhos, eu respondo que só posso falar de forma geral, sem citar nomes. Assim, os estudantes não perdem a confiança em mim. Os responsáveis justificam que não sabem falar sobre estes assuntos e nem querem tentar. A família transfere a responsabilidade da orientação sexual para a escola.

De acordo com a entrevistada, o trabalho de orientação sexual deveria se tornar uma prática, pois nos dias atuais, a juventude está engravidando precocemente e iniciando a vida sexual mais cedo. A educadora acrescentou que, de acordo com sua experiência, os deficientes visuais são mais vulneráveis a abuso sexual. Registra-se, ainda, que as questões de gênero também são abordadas nos encontros de orientação sexual. Os alunos aprendem a importância do respeito às diferenças e minorias na sociedade.

Quando questionada sobre determinados conteúdos que podem ser trabalhados nesta temática, a professora destaca alguns, tais como: corpo humano, puberdade, virgindade, gestação precoce, idade correta para a iniciação sexual, aborto, doenças sexualmente transmissíveis, métodos contraceptivos (diafragma, dil, camisinha masculina e feminina), bulimia e anorexia, prostituição infantil, abuso sexual, drogas, legislação e homofobia.

No primeiro encontro, a professora realiza uma votação para saber quais são os assuntos que os alunos querem conversar e, no segundo, ela leva os recursos didáticos.

4.2. Recursos didáticos

Atualmente vivemos em um mundo que se manifesta de forma predominantemente visual. Neste sentido, os DV ficam prejudicados no acesso a informações. Por este motivo, o trabalho do educador necessita ser sustentado por uma diversidade de recursos táteis. A

variedade de recursos didáticos aumenta as chances de sucesso no processo de ensino-aprendizagem de deficientes visuais.

Paixão (2011), afirma que os DV precisam de materiais didáticos que os aproximem dos conteúdos escolares. Da mesma forma, Cerqueira e Ferreira (2000), explicam que os recursos pedagógicos são de fundamental importância para o ensino de deficientes visuais. Para estes dois últimos autores, a falta desses recursos pode levar os alunos com deficiência a um mero verbalismo³ sem conexão com a realidade. Segundo Bruns (2008), as crianças e adolescentes com deficiência visual precisam tocar os objetos e, simultaneamente, ouvir os seus respectivos nomes, para compreenderem melhor a relação entre objetos e conceitos.

Sabendo disso, a escola investigada utiliza vários tipos de recursos didáticos. Para falar de drogas são utilizados filmes, documentários e desenhos ampliados em se tratando de adolescentes com baixa visão. Para o ensino na área de reprodução humana, é utilizada uma representação do útero para simulação de parto natural (Figura 1) ou cesárea. Este recurso é acompanhado por um bebê, placenta, cordão umbilical, saco amniótico e saco uterino em tamanho natural.

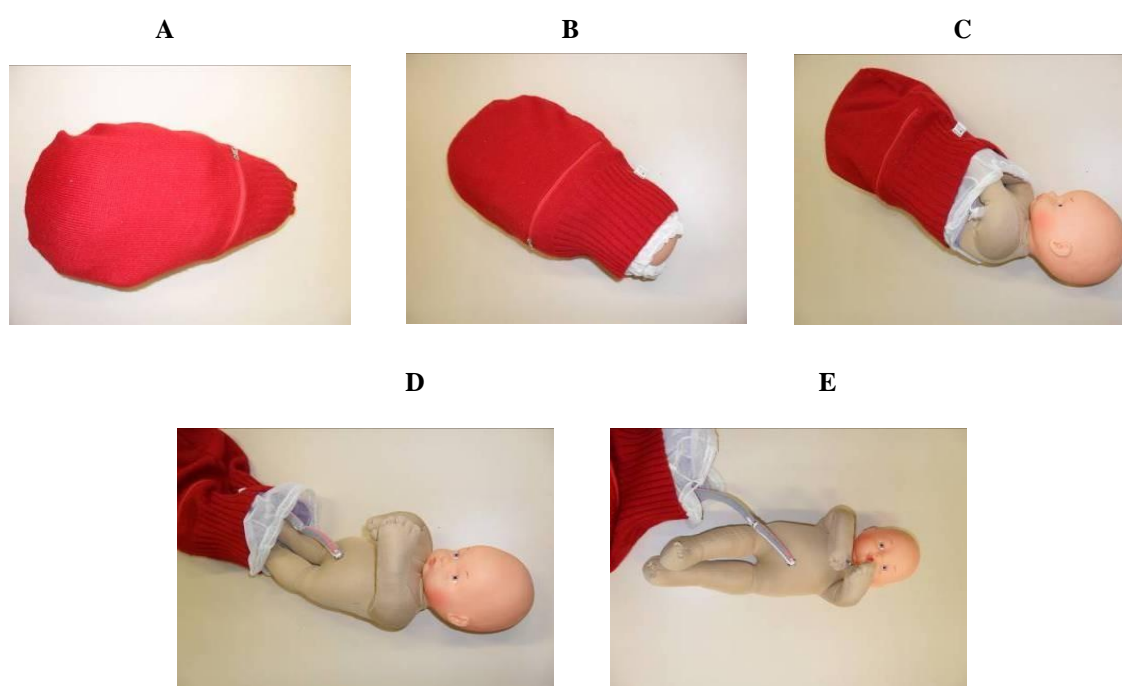


Figura 1 – Representação do útero, simulando um parto natural.

³ Fenômeno que atinge, principalmente, as pessoas cegas. Elas acabam emitindo juízos a respeito das opiniões e vivências de terceiros. O verbalismo é mera repetição do que se ouviu.

Outro recurso pedagógico utilizado na discussão de saúde sexual e reprodutiva, mudanças corporais e abuso sexual é a família colchete (Figura 2). São bonecos de pano com os seus respectivos órgãos sexuais com colchetes ⁴ (Figura 3) para simulação de cenas como pegar na mão ou beijar e comportamento sexual (Figura 3H), representando uma família extensa e diversa, com crianças, adolescentes, adultos e idosos. Este recurso busca desenvolver a conscientização no jovem de que seu corpo lhe pertence e que só deve ser tocado por outro com sua permissão.



Figura 2. Família Colchete

A



B



⁴ Colchete - pequena presilha de metal que se divide em duas partes, que formam um conjunto ao se encaixarem uma na outra.



Figura 3. Família Colchete com crianças, adolescentes, adultos e crianças.

Os materiais empregados para falar dos órgãos sexuais e da prevenção de doenças sexualmente transmissíveis são: as camisinhas masculina e feminina (Figura 4A), as próteses masculinas do pênis (Figura 4B), o material em alto relevo do órgão sexual masculino (Figura 4C) e do órgão sexual feminino (Figura 4D).

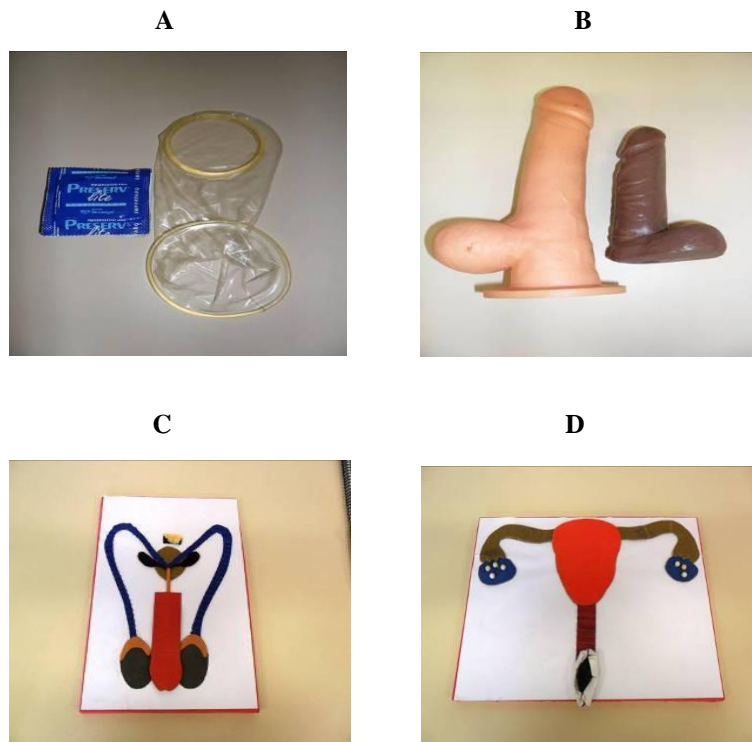


Figura 4. Materiais empregados para falar dos órgãos sexuais e da prevenção de doenças sexualmente transmissíveis.

Quando não existiam estes recursos na escola eram utilizadas as massinhas para representar o órgão sexual masculino. O grande desafio era encontrar um material que pudesse representar o órgão sexual feminino. Com o intuito de suprir esta ausência, foi criada na escola a vulva feita com papel A4 (Figura 5).

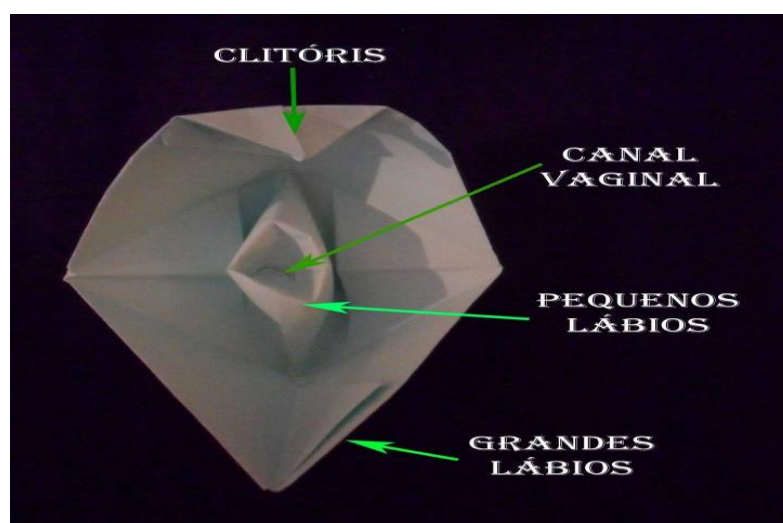


Figura 5. Vulva feita com papel A4.

5. Considerações finais

De fato, a inclusão do tema orientação sexual torna-se necessária frente aos novos desafios da sociedade contemporânea. Esta concepção é muito relevante quando falamos em sexualidade e deficiência visual. Constata-se a importância de criar situações de aprendizagem que favoreçam a inclusão de adolescentes DV em atividades relacionadas aos conteúdos de sexualidade e de gênero.

Sintetizando, o programa de orientação sexual da escola analisada está de acordo com as orientações dos PCNs. O trabalho é desenvolvido focando as necessidades dos alunos DV. Para tanto, são utilizados diversos recursos didáticos que facilitam o aprendizado.

Foi possível perceber que a falta de informação dos deficientes visuais relatada no início deste trabalho não condiz com a realidade dos estudantes da escola. Eles recebem informações de forma eficiente no que diz respeito à sexualidade, a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e as questões de gênero.

Sobre estes conteúdos, vale ressaltar que, não basta falar de sexualidade e de ações preventivas. Torna-se urgente construir propostas educativas que promovam a diminuição dos preconceitos contra as mulheres e grupos minoritários, visto que, os deficientes visuais também sofrem preconceito e, portanto, sentem na própria vida o sentimento de serem discriminados. Os educadores precisam estar atentos ao currículo oculto que tanto contribui para a perpetuação de comportamentos excludentes e discriminatórios.

A escola ao aceitar o compromisso com a orientação sexual poderá ser capaz de contribuir para que os jovens desenvolvam o respeito ao outro, elaborem valores a partir do pensamento crítico, entendam o próprio comportamento e tomem atitudes responsáveis a respeito de sua vida sexual (FONSECA, 2010).

Infelizmente, a família não participa de forma satisfatória neste processo. A sua interação com a escola possibilitaria um trabalho mais abrangente, de forma a melhorar a qualidade de vida dos adolescentes e de suas relações sociais.

O propósito deste estudo foi compartilhar o trabalho de orientação sexual desenvolvido em uma escola que atende adolescentes deficientes visuais, obtidos a partir de uma experiência didático-pedagógica de prática de ensino. A elaboração desta pesquisa foi de fundamental importância, pois possibilitou melhor compreensão sobre esta temática. Acredita-se que esses resultados possam sinalizar para desdobramentos e servir como fontes para futuras discussões e reflexões em torno desse assunto. O ideal seria que todos os

professores compartilhassem suas práticas e experiências, pois como dizia Paulo Freire, “aprendemos uns com os outros”.

Agradecimento

O autor agradece ao professor Dr. Sergio Luiz Baptista da Silva pela forma como conduziu as aulas da disciplina *Orientação Sexual: a sexualidade como assunto da escola* e a professora da escola analisada, pelo apoio ao desenvolvimento desta pesquisa.

Referências bibliográficas

AMARAL, L. A. Sobre crocodilos e avestruzes: falando de diferenças físicas, preconceitos e sua superação. In: AQUINO, J. G. (Org.). *Diferenças e preconceito na escola: alternativas teóricas e práticas*. São Paulo: Summus, 1998. p.11-30.

BALEEIRO, M. C. et al. *Sexualidade do adolescente: fundamentos para uma ação educativa*. Salvador: Fundação Odebrecht; Vitória: Educativa – Instituto de Pesquisas e Inovações Educacionais e Secretaria da Educação do Estado do Espírito Santo, 1999.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais/orientação sexual*. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRUNS, M. A. de T. Deficiência visual e educação sexual: a trajetória dos preconceitos – ontem e hoje. *Revista Benjamin Constant*. Rio de Janeiro, ano. 6, n. 17, p. 24-30, dez. 2000a.

_____; SANTOS, C. *A educação sexual pede espaço: novos horizontes para a práxis pedagógica*. São Paulo: Ômega Editora, 2000b.

_____. *Sexualidade de Cegos*. Campinas, SP: Editora Átomo, 2008. (Coleção Sexualidade & Vida).

CAETANO, J. A. M. Sexualidade, Saúde e Direitos Humanos. In: TEIXEIRA, F. *Sexualidade e Educação Sexual*. Políticas educativas, investigação e práticas. 1ª ed. Comissão Nacional da Unesco Portugal, 2010. p. 3-12.

CARRARA, S. et al. (Orgs). *Gênero e Diversidade na Escola: Formação de professoras/es em Gênero, Sexualidade, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais*. Caderno de atividades. Rio de Janeiro: CEPESC, 2009.

CERQUEIRA, J. B.; FERREIRA, E. de M. B. Recursos didáticos na educação especial. *Revista Benjamin Constant*, Rio de Janeiro, ano 6, n. 15, p. 24-28, abr. 2000.

FILGUEIRAS, A. et al. A avaliação do stress em crianças cegas por meio da Escala de Stress Infantil (ESI): diferenças de gênero e de faixas etárias. *Revista Benjamin Constant*. Rio de Janeiro, ano. 16, n. 46, p. 13-20, ago. 2010.

FONSECA, A. D. da; GOMES, V. L. de O.; TEIXEIRA, K. C. Percepção de adolescentes sobre uma ação educativa em orientação sexual realizada por acadêmicos (as) de enfermagem. *Revista Enfermagem*, v. 14, n. 2, p. 330-337, abr-jun. 2010.

GLAT, R. *Saúde Sexual, Deficiência e Juventude em Risco*. Rio de Janeiro: Faculdade de Educação da Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ, Núcleo de Educação Inclusiva, 2004.

LEBEDEFF, T. B. Aprendendo com o toque: reflexões e sugestões para uma educação sexual adaptada ao portador de deficiência visual. *Revista Brasileira de Educação Especial*. v.1, n. 2, p. 31-37, 1994.

LOURO, G. L. (Org) et al. *O corpo educado*. Pedagogias da sexualidade. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2000.

_____; FELIPE, J.; GOELLNER, S. V. (Org.). *Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação*. 5. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MADARAS, L. *O que está acontecendo com o meu corpo?* Livro para meninos/Lynda Madaras com Area Madaras. Campinas, SP: Verus, 2011.

MASINI, E. F. S.; CHAGAS, P. A. C.; COVRE, T. K. M. Facilidades e dificuldades encontradas pelos professores que lecionam para alunos com deficiência visual em universidades regulares. *Revista Benjamin Constant*, Rio de Janeiro, ano 12, n. 34, p. 13-26, ago. 2006.

NETO, O. C. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO (Org.). *Pesquisa Social*. Teoria, método e criatividade. 21 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. p. 51-66.

NEVES, J.L. Pesquisa Qualitativa – características, usos e possibilidades. *Caderno de Pesquisas em Administração*. São Paulo. v.1, n. 3, 2º sem/1996.

NICHOLSON, L. Interpretando o gênero. *Revista de Estudos Feministas*. Santa Catarina, v. 8, n.2, p. 8-41, 2000.

PAIXÃO, L. de P. O uso de recursos didáticos no ensino de História para deficientes visuais. *Revista Benjamin Constant*. Rio de Janeiro, ano. 17, n. 50, p. 5-17, dez. 2011.

PICAZIO, C. *Diferentes desejos: adolescentes homo, bi e heterossexuais*. São Paulo: Summus, 1998.

VIANNA, C.; RIDENTI, S. Relações de gênero e escola: das diferenças ao preconceito. In: AQUINO, J. G. (Org.). *Diferenças e preconceito na escola: alternativas teóricas e práticas*. São Paulo: Summus, 1998. p. 93 a 105.

Submissão: Maio de 2013
Publicação: Julho de 2013